

ESCOLA E FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE UMA CONVIVÊNCIA INTEGRADORA

Walter Fajardo Pereira*

RESUMOS: *O presente trabalho pretende estudar a convivência entre família e escola, visando apontar questionamentos que possibilitem um maior entendimento sobre como se dá essa convivência e se é possível, ou não, a construção de uma relação solidária entre estas duas instituições. Houve recorrência às abordagens teóricas que contribuíram para uma maior compreensão do papel social da escola, de sua realidade factual, da possibilidade da construção democrática da vivência escolar, bem como a estudos sobre a moral e os valores que regem a convivência entre essas duas instituições.*

Palavras-Chaves: Família; Escola; Convivência; Moral.

INTRODUÇÃO

O entendimento e o diálogo entre escola e família têm-se apresentado com pouca solidez. Há distanciamentos e constantes entraves que dificultam tal possibilidade. A escola tem valores normativos pré-estabelecidos. É detentora de bens culturais específicos e busca perpetuar a efetivação desses bens na objetivação pedagógica e na construção de valores que regem as relações escolares, sendo também, entretanto, um espaço onde se simula a vida e se ensina a vivê-la. A família, por sua vez, não possui objetividade pedagógica; ainda que possua, isso ocorre de maneira empírica e profundamente vinculada aos valores culturais, regionais e locais em que está inserida, tendo, portanto, uma importância indiscutível na educação moral das pessoas.

Desta forma, estabelece-se um conflito entre estas duas instituições, pois a escola entra nas comunidades com seus valores, normas e moral sem levar em consideração esses mesmos aspectos em relação às famílias. Cria-se um atrito moral, tanto no que se refere às possíveis mudanças, quanto à aceitação dessas morais.

Recorrendo-se ao conceito do *Praticum Moral* de Puig (situações de vida usada para educar), de sua proposta de converter a escola num constante *Praticum Moral* e tendo como questão central a discussão sobre a possibilidade ou não da diminuição das distâncias entre as moralidades da escola e da família, pode-se concluir que, se a Escola e a Família (numa iniciativa da escola como construtora da vivência do *Praticum Moral*) entrarem num processo constante de discussão da moral e dos valores que as constituem, os conflitos e as discrepâncias tenderão a caminhar na direção de uma convivência menos impositiva, mais dialogal, mais confluyente, mais criativa e, conseqüentemente, mais solidária.

DESENVOLVIMENTO

Pensar a educação formal escolar como possibilidade de construção de uma relação solidária entre família e escola depende fundamentalmente da intenção e da iniciativa da escola. Essa é a questão fundamental quando se discute a convivência entre estas duas instituições.

* Mestrando em Educação e Contemporaneidade pela UNEB – Universidade do Estado da Bahia, tendo como orientadora a Professora Marita Palmeira. walterfajardo@bol.com.br

Na elaboração dessa discussão, é primordial rever conceitos sobre a escola. Neste trabalho foram contemplados três autores: Bourdieu, Dewey e Anísio Teixeira. Em Bourdieu, vislumbramos a realidade factual, em Dewey, a possibilidade da construção democrática da vivência escolar e em Anísio Teixeira, esta possibilidade numa perspectiva voltada, especificamente, para a realidade brasileira, buscando-se a reavaliação dos potenciais formativos da escola em integração com as famílias, respeitando-se e incluindo-se os valores morais, éticos e culturais destas famílias.

Em termos de contemporaneidade escolar, particularmente brasileira, Bourdieu parece estar mais próximo do que precisamente vivemos. Nossa escola, sem dúvida, tem reproduzido uma estrutura social que parece não se alterar. É indiscutível a situação excludente e extratificadora que a escola brasileira coloca seus alunos, principalmente nas periferias metropolitanas e na zona rural. A igualdade social não se efetiva nem como possibilidade nem como realidade. A estrutura da organização institucional escolar não cria possibilidades de inclusão efetiva da população estudantil na construção da participação e da democracia, ao contrário, impossibilita essa alternativa.

[...] tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor, dizendo, exigida. (BOURDIEU, 2001, P. 53).

Aceitar o pensamento de Bourdieu como possível ferramenta para compreensão da realidade não significa admiti-lo como única possibilidade analítica ou conceitual, do contrário não estaríamos em constante debate. Daí a necessidade de buscar conceitos que propõem novas alternativas. Em Dewey, encontramos possibilidades de vislumbrar uma escola integradora e democrática. Ainda que Bourdieu destaque uma escola fechada e intencionalmente organizada, no que refere à dominação e à reprodução social, em Dewey é possível visualizar a possibilidade de uma escola mais aberta, democrática, participativa, integradora e dinâmica.

[...] o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação – ou que o objetivo ou recompensa da educação é a capacidade para um constante desenvolvimento. Mas esta idéia só se pode aplicar a todos os membros de uma sociedade quando há mútua cooperação entre os homens e existem convenientes e adequadas oportunidades para a reconstrução dos hábitos e das intenções sociais por meio de amplos estímulos decorrentes da equitativa distribuição de interesses e benefícios. E isto significa democracia. (DEWEY, 1936, p. 274).

Pensando a educação brasileira, em Anísio Teixeira, podemos encontrar os conteúdos de Dewey adequados à nossa realidade. Sua preocupação com nosso sistema educacional está em não desqualificar as peculiaridades das diferentes culturas e regionalismos brasileiros, bem como fazer da escola um centro integrador e assimilador dos valores culturais e morais em que está inserida.

Anísio Teixeira evidencia a importância da democratização do ensino a partir do respeito às capacidades culturais de cada local, região, comunidade. Sem esta dimensão, a escola estará fadada a ser, como Bourdieu destaca, uma eterna reprodutora das desigualdades.

Entre as instituições sociais, sabemos que a escola, mais do que qualquer outra, oferece, ao ser transplantada, o perigo de se deformar ou mesmo perder os

objetivos. A escola já é de si uma instituição artificial e incompleta, destinada apenas a suplementar a ação educativa muito mais extensa e profunda que exercem outras instituições e a própria vida. Deve, portanto, não só ajustar-se, mas inserir-se no contexto das demais instituições e do meio físico. A verdade é que a escola, como instituição, não pode ser transplantada. Tem de ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz. (TEIXEIRA, 1999, p. 97)

Reconhece-se então a impossibilidade de se ter uma escola, efetivamente educadora se não for integrada às contextualidades da cultura e dos valores locais. A família deve ser incluída na construção das ações educativas da escola. É ela, a família, que inicia os primeiros passos na formação do indivíduo, e isso se intensifica mais nas regiões rurais. É digno que a vida seja estendida à escola, que haja um prolongamento das experiências coletivas e culturais de cada localidade para dentro da escola. Seus problemas, suas festas e suas vitalidades culturais possibilitam uma aproximação muito significativa entre escola e família. E assim, talvez seja possível que o processo educativo integre-se de maneira múltipla e não unilateralmente. É provável também que, se a comunidade, em particular a família, vivenciar a escola como um espaço seu, espaço de extensão de sua convivência familiar e comunitária, a experiência educativa possa tender a ser mais intensa com uma maior clarificação das potencialidades democráticas e uma maior cristalização das ações transformadoras. A partir dessas vivências, a escola poderá ter uma maior compreensão dos aspectos culturais da localidade, bem como uma integração com a moral vivenciada pelas famílias. Essa questão constitui-se num daqueles entraves citados acima, por isso Anísio Teixeira já sinalizava:

Tudo que a educação escolar deve fazer é aprimorar essa educação ministrada diretamente pela vida. Em essência: preparar o homem para fazer de modo melhor o que por contingência há de fazer. Desde que a educação se afaste das necessidades reais do meio, para ensinar artes e processos aí ainda existente ou facilmente adaptáveis, opera um resenraizamento, uma desadaptação e, por conseqüência, longe de produzir os efeitos esperados, provoca novos problemas de ajustamento. [...] Uma das modificações mais profundas no conceito da escola consiste, exatamente, em reconhecer a dependência, para e passo, das condições do meio de que ela deve ser um reflexo e uma condensação” (TEIXEIRA, 1997, p. 84-85)

A escola tem um papel social a ser cumprido e este papel é aprimorar a educação que o indivíduo recebe da vida e de seu meio de convivência (TEIXEIRA, 1997 p. 84). As complexidades das sociedades contemporâneas demandam, necessariamente, a presença da escola. Esse papel é a inerência da escola, mas subjugar as capacidades de cada comunidade e desclassificar o intenso esforço formativo que as famílias impõem, não pode ser a direção a ser tomada pela escola. O capital cultural absorvido e desenvolvido pela escola centra-se na valorização de seu potencial institucional e na ascensão social que ela pode proporcionar (BOURDIEU, 2001, P. 78), fazendo com que haja um distanciamento entre a família e a escola.

No entanto é necessário que a escola seja estimuladora da convivência. Puig apresenta como possibilidade dessa integração a estruturação de uma pedagogia que desenvolva o *praticum moral* (1998 - p. 244) espaço onde as experiências de convivência e de reconhecimento da moral e dos valores culturais devem ser intensificados e buscados de maneira integradora, estimulando assim a participação, o crescimento individual e coletivo e, fundamentalmente, a profunda experiência de descobrir as diferenças e buscar alternativas de uma convivência salutar, solidária e democrática.

[...] um *praticum moral* é um meio de ensino e aprendizagem que se realiza em situações habituais de vida; é uma situação pensada e disposta para aprender na prática social. Em um *praticum moral* realiza-se algum tipo de atividade social (profissional, familiar, de lazer), mas ao mesmo tempo com intenção e preocupação educativas. Trata-se, pois de um meio excelente para iniciar-se na forma habitual de enfrentar os problemas morais que tem o grupo social ao qual pertence, e além disso é um meio para transmitir de modo muito contextualizado os guias culturais de valor e para treinar cada sujeito no uso dos procedimentos da consciência moral. Em um *praticum moral* se adquirem e usam os recursos morais em situações sociais completamente reais, ainda que nelas se exerça certa proteção e ajuda educativa aos aprendizes. (PUIG, 1998, p. 241-242)

A inclusão do *praticum moral* como uma possibilidade de ampliação do papel da escola para além de sua atuação pedagógica e cognitiva possibilitaria a integração das famílias e de seus filhos. Esta iniciativa implicaria numa democratização da escola e numa revisão de sua atuação social. Tenderia-se assim a uma maior aproximação dos ideais de Anísio Teixeira e de Dewey e um distanciamento das condições apontadas por Bourdieu.

A vida cotidiana de uma escola é vida e é também experiência educativa intencional, que os educadores querem regular. Quando falamos de clima ou atmosfera escolar, quando intervimos educativamente mediante a relação que mantemos com alunos e alunas, quando institucionalizamos certas formas de trabalho e colaboração ou quando montamos situações de debate coletivo, estamos atuando como tutores que dão forma educativa à vida da escola. Convertamos escola em *praticum moral*. No entanto, a escola não perde seu caráter de vida real não-escolarizada bem pedagogizada, ainda que nem por isso isenta de efeitos educativos importantes. (PUIG, 1998, p. 244)

O que Puig propõe, anexado a intenções de inclusão cultural, integração social e familiar, daria a escola um novo patamar sócio-cultural. Sua ação atingiria a comunidade, não se fecharia em si mesma e seu extremismo cognitivo ou regulador diminuiria potencialmente, dando espaço para equiparação entre as morais e possibilitando uma convivência mais solidária entre as duas instituições.

A intervenção educativa a partir de uma perspectiva que entende a educação moral como construção da personalidade deve ter presente a vida para torná-la referente da educação moral sistemática; deve contemplar e estudar com maior rigor as situações de *praticum moral* e deve introduzir decididamente a educação moral na escola. Estes são alguns dos desafios que, como educadores, temos à frente. (PUIG 1997, p. 244).

CONCLUSÃO

A relação solidária entre escola e família é uma possibilidade real. São reais também as condições apresentadas por Bourdieu. Não há dúvida de que o capital cultural imposto pela escola está repleto de contradições e de conteúdos excludentes ou de permanência desses valores.

A procura da diminuição desse potencial depende de sua própria ação. Anísio Teixeira, conforme expomos anteriormente, sinalizou a necessidade de a escola mudar sua posição e

crescer junto com a comunidade, buscando estar num mesmo patamar cultural e de construção de valores, possibilitando, assim, uma maior integração das famílias.

É em Puig que encontraremos a alternativa positiva para esta integração. É ele que, através da proposta de vivência escolar do *praticum moral*, abre possibilidades de uma real ação integradora. A vivência do *praticum moral* junto com as comunidades e seus núcleos familiares daria uma maior nitidez dos potenciais morais de cada uma destas instituições.

Essas duas instituições sempre viverão contradições, a homogeneização nunca haverá e também não seria interessante, mas a diminuição de uma ou a sobreposição da outra são condições que desfavorecem o crescimento do indivíduo, de sua família, de seu núcleo social, e, fundamentalmente, impede a solidariedade e o crescimento das sociedades.

REFERÊNCIAS

BORUDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Org: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2001. p.53.

DEWEY, John. **Democracia e Educação: breve tratado de filosofia da educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PUIG, Josep M. **A construção da personalidade Moral**. São Paulo: Ática, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.